

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.897 - RS (2019/0091968-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : MAURÍCIO DAL AGNOL  
**ADVOGADOS** : PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925  
RODRIGO TONIAL - RS063379  
PABLO FRIEDRICH DORNELES E OUTRO(S) - RS059377  
**RECORRIDO** : CYNTHIA DA ROSA MESQUITA  
**ADVOGADOS** : OSMAR ANTONIO FERNANDES - RS074221  
LEONARDO ORTOLAN GRAZZIOTIN E OUTRO(S) - RS070546  
FERNANDA RAMIRES - RS082201

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação indenizatória c/c cobrança, fundada na prática de ilícitos pelo advogado no exercício de mandato outorgado para o ajuizamento de ação judicial contra a Brasil Telecom S/A.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Nos termos da teoria da *actio nata*, a pretensão nasce quando o prejudicado tem ciência inequívoca da lesão. Precedentes.
8. O prazo prescricional para o mandante exercer a pretensão de cunho compensatório contra ex-mandatário, em razão da prática de ilícito contratual, é decenal.
9. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.

10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido, com majoração de honorários.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por MAURÍCIO DAL AGNOL, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 30/11/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 09/05/2019.

**Ação:** indenizatória c/c cobrança, ajuizada por CYNTHIA DA ROSA MESQUITA, em face do recorrente, fundada na prática de ilícitos pelo recorrente no exercício de mandato de advogado outorgado pela demandante para o ajuizamento de ação judicial contra a Brasil Telecom S/A.

**Sentença:** julgou a ação nos seguintes termos (e-STJ, fl. 184):

Ante o exposto, JULGO EXTINTA a ação no tocante ao pedido de Indenização por danos morais, com fulcro no art. 485, inc. I do CPC e, por outro lado, JULGO PROCEDENTES os pedidos relativos à presente Ação Indenizatória c/c cobrança, ajuizada por CYNTHIA DA ROSA MESQUITA contra MAURÍCIO DAL'AGNOL, para o efeito de condenar este à autora pagar a quantia de R\$ 10.106,23 (dez mil, cento e seis reais e vinte e três centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M e acrescidos de juros legais a contar da data do acordo das fls. 143-5.

Do valor da condenação a título de danos materiais, deverá ser descontado o percentual de 30% relativamente aos honorários contratuais do requerido, cujos montantes devem ser transferidos à conta única vinculada à ação cautelar nº 021/1.14.0009933-3.

Sucumbente, arcará o demandado com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao procurador da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor da condenação, observadas as diretrizes do art. 85, § 2º do CPC.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pelo recorrente e deu provimento à apelação interposta pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDATOS. AÇÃO INDENIZATORIA. ACORDO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. Em se tratando de ação indenizatória ajuizada pelo mandante em face do mandatário, em decorrência dos danos

originados pelo mau cumprimento do contrato de mandato, incide o prazo prescricional decenal previsto no artigo 205 do Código Civil e não o trienal (artigo 206, §3Q, IV, do CCB). O termo inicial do cômputo do prazo prescricional da pretensão de indenização patrimonial é a data em que a parte toma ciência inequívoca da retenção indevida, ocorrida em momento posterior ao levantamento de valores e ao pagamento a menor. Ciência do ilícito que se deu somente com a divulgação pela imprensa de operações da Polícia Federal, em fevereiro de 2014 - fato notório - quando a parte tomou conhecimento da lesão ao seu patrimônio jurídico. Prescrição afastada. DECADÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ACORDO. Diante da inexistência de pedido de anulação de acordo nos autos, descabido falar em decadência deste direito. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. DESCABIMENTO.

A denunciação da lide é cabível àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda (art. 70, III, do CPC/73), hipótese não configurada no caso concreto.

AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADA.

MÉRITO. ACORDO CELEBRADO SEM ANUÊNCIA DA PARTE. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO.

PERDA DE UMA CHANCE. REPARAÇÃO DEVIDA.

A teoria da "perda de uma chance" leva em consideração as reais possibilidades de êxito do processo, eventualmente perdidas em razão das alegadas negligência e desídia do advogado.

Quanto ao valor em execução, no caso, a parte demandante se desincumbiu, nos termos do artigo 373, inciso I, do novo Código de Processo Civil, da prova efetiva de que não havia possibilidade de alteração do valor da condenação, a evidenciar que o acordo homologado não lhe aproveitou. No caso dos autos, a parte não detinha apenas uma expectativa de ganho, mas um crédito consolidado, com base em sentença transitada em julgado, caracterizando-se o acordo celebrado sem a sua anuência como verdadeira renúncia de direitos, para o que não detinha poderes o réu. TERMO FINAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO.

Descabe o pedido de reconhecimento do termo final da correção monetária e dos juros de mora como sendo a data do ajuizamento da ação cautelar inominada, sob pena de o recorrente se beneficiar da própria torpeza ao embasar a pretensão com base no despacho que determinou o bloqueio dos seus bens. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A RESTITUIÇÃO DE VALORES. Juros de mora e correção monetária devem fluir desde a data do acordo. INDENIZAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL DEVIDA. Demonstrada a irregularidade no agir do demandado, que deixou de proceder ao repasse do proveito econômico decorrente da ação ordinária patrocinada pelo réu em nome da parte autora, fazendo acordo

desfavorável ao seu cliente, impositiva mostra-se a condenação indenizatória extrapatrimonial.

Demonstrados o ato ilícito e o nexo causal, a parte autora faz jus à indenização.

PRELIMINARES REJEITADAS. APELAÇÃO DO DEMANDADO DESPROVIDA. RECURSO DE APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDO.

**Embargos de declaração:** opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 11, 105, 189, 240, caput e 1.022, II, do CPC/15, dos arts. 189, 206, §3º, V e IV, 682, IV e 849, do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial.

Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que o prazo prescricional aplicável seria o trienal e que o termo inicial do prazo prescricional deveria ser contado a partir da data da homologação judicial do acordo, quando o recorrido teve ciência inequívoca do dano sofrido.

Aduz ainda que o acordo realizado seria lícito e que o termo inicial dos juros de mora e correção monetária para o dano material seria contado a partir da citação válida, e não do evento danoso.

**Admissibilidade:** o recurso foi admitido na origem pelo TJ/RS.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

**- Julgamento: CPC/15**

**- Da violação do art. 1.022 do CPC/15**

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu,

fundamentada e expressamente, acerca do termo inicial do prazo prescricional e do juro de mora (e-STJ, fls. 253/262), de maneira que os embargos de declaração opostos pelo recorrente de fato não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

***- Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 11, 105, 189, 240, caput, do CPC/15, dos arts. 682, IV e 849, do CC/02, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

***- Da existência de fundamento não impugnado***

O recorrente não impugnou os seguintes fundamentos utilizados pelo TJ/RS para concluir que os juros da mora e correção monetária, seriam devidos desde a data para realização do acordo:

Os juros de mora de 1% ao mês (art. 406, CC, c/c o art. 161, §1º, CTN) sobre o valor da reparação material, são devidos desde a data em que realizado o acordo (momento do abuso de direito pelo mandatário), mesma data de incidência da correção monetária, momento em que houve o abuso por parte do mandatário, consoante disposto no artigo 670, do Código Civil. (e-STJ, fls. 261/262)

Como esses fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

***- Do reexame de fatos e provas***

Ademais, alterar o decidido no acórdão impugnado, acerca da conclusão de que o acordo teria sido prejudicial à recorrida, teria contrariado os seus interesses e extrapolado os poderes de mera transigência que foram conferidos ao recorrente (e-STJ, fls. 257/261), demandaria o reexame de fatos e

provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

**- Da ciência inequívoca da lesão como termo inicial da prescrição (Súmula 568/STJ)**

A Corte de origem, ao entender que a prescrição teria início com a ciência da lesão, alinhou-se ao entendimento do STJ no sentido de que, nos termos da teoria da *actio nata*, a pretensão nasce quando o prejudicado tem ciência inequívoca da lesão. Nesse sentido: REsp 1.694.417/SP, 3ª Turma, DJe de 04/10/2018 e AgInt no REsp 1.740.239/MA, 4ª Turma, DJe de 28/08/2018. Aplica-se a Súmula 568/STJ no particular.

E, na hipótese dos autos, o acórdão recorrido consignou que a ciência da lesão ao patrimônio da recorrida teria ocorrido quando da divulgação pela imprensa das operações da Polícia Federal, em fevereiro de 2014, pelo que, rever tal entendimento demandaria o reexame de fatos e provas, o que não é permitido na via especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

**- Do prazo prescricional para o ajuizamento de pretensão indenizatória decorrente de ilícito contratual (Súmula 568/STJ)**

É assente o entendimento nesta Corte segundo o qual o prazo prescricional para o mandante exercer a pretensão de custo compensatório contra ex-mandatário, em razão da prática de ilícito contratual, é decenal. Nesse sentido: EREsp 1.280.825/RJ, 2ª Seção, DJe de 02/08/2018.

Além disso, a Corte Especial do STJ, no julgamento dos EREsp

1.281.594/SP (DJe de 23/05/2019), concluiu que, nas pretensões relacionadas à responsabilidade contratual, como a espécie, aplica-se a regra geral (art. 205 do CC/2002) que prevê dez anos de prazo prescricional e, nas demandas que versem sobre responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do mesmo diploma, com prazo prescricional de três anos.

Outrossim, cita-se como um *obiter dictum*, que o STJ, quanto ao prazo prescricional para as ações de reparação de danos ajuizadas por ex-clientes do escritório do recorrente, deve ser contado a partir da data da deflagração da Operação Carmelina, em fevereiro de 2014, quando se tornou público os atos ilícitos que lhe foram imputados. Nesse sentido: AgInt no ARESp 1210887/RS, 4ª Turma, DJe de 27/06/2019; e AgInt no ARESp 1.172.987/RS, 3ª Turma, DJe de 16/11/2018.

E como na hipótese, o ajuizamento da ação se deu em 05/11/2014, mesmo que fosse considerado como pretende o recorrente o prazo trienal, a prescrição não estaria consumada.

Logo, o acórdão recorrido não merece reforma. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, IV, "a" do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% do valor da condenação (e-STJ, fls. 263/264) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora